

## O PERFIL DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO – PARANÁ

*THE PROFILE OF THE RURAL SCHOOLS OF THE MUNICIPALITY OF TOLEDO - PARANÁ*

Ana Carolina de PAULA<sup>1</sup>

Francis Mary Guimarães NOGUEIRA<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo objetiva apresentar um panorama das condições vigentes nas Escolas Rurais do Município de Toledo/PR. As informações foram obtidas por meio de observações e complementadas pela pesquisa de caráter bibliográfica a fim de analisar a concepção das escolas localizadas nas áreas rurais do município de Toledo/PR. Face ao embasamento teórico e empírico, conclui-se que as Escolas Rurais estão subordinadas às escolas urbanas tanto do ponto de vista da lógica quanto da concepção de educação; deste modo, ocorre a descaracterização das escolas localizadas nas áreas rurais de Toledo/PR e o distanciamento do processo formativo em relação à identidade e à realidade da população rural.

**PALAVRAS-CHAVE:** Perfil das Escolas Rurais. Educação Rural. Município de Toledo-Pr.

**ABSTRACT:** The present article aims to present an overview of the current conditions of the Rural Schools of the Municipality of Toledo / PR. The informations were obtained through field observations and complemented by bibliographical research in order to analyze the conception of schools located in rural areas of the municipality of Toledo / PR. In view of this theoretical and empirical basis, the main result was that the rural schools are subordinate to urban schools both from the point of view of logic and the conception of education, resulting in the process of de-characterization of schools located in rural areas of Toledo / PR and in the distancing of the formative process with the identity and reality of the rural population.

**KEYWORDS:** Profile of Rural Schools. Rural Education. Municipality of Toledo/Pr.

### INTRODUÇÃO

Este artigo complementa a dissertação de mestrado intitulada *A concepção de educação das Escolas Rurais do município de Toledo/PR* (PAULA: 2018) cujo objetivo foi responder as seguintes problemáticas: por que somente quatro das doze escolas localizadas em áreas rurais no município de Toledo/PR intitulam-se *Escolas Rurais*? E diante dessa denominação, a concepção de educação que orienta essas quatro Escolas Rurais difere-se das demais escolas localizadas em áreas rurais? Esta indagação emergiu após a constatação de que somente quatro das doze escolas que se localizam em áreas rurais denominam-se *Escolas Rurais*. A pesquisa desenvolveu-se em quatro instituições de ensino: a Escola Rural Municipal São Pedro localizada na Linha Cerro da Lola pertencente ao distrito de Dez de Maio; Escola Rural Municipal Santo Antônio

<sup>1</sup> Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste campus de Cascavel/PR.

<sup>2</sup> Doutora em Educação (UNICAMP); professora associada da Universidade Estadual do Oeste do Paraná; docente no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE, campus de Cascavel.

na comunidade de Boa Vista; Escola Rural Municipal São Dimas no distrito de Bom Princípio do Oeste; e Escola Rural Municipal Nossa Senhora das Graças na comunidade de Ouro Preto. Para realizar as observações de campo elaborou-se um roteiro de perguntas, e (agendadas previamente) as visitas nas Escolas Rurais e na Secretaria Municipal da Educação (SMED) tiveram o objetivo de levantar informações que desvelassem aos poucos o objeto. As observações de campo foram realizadas entre novembro e dezembro de 2017. Cabe destacar, que uma das diretoras não se disponibilizou participar da pesquisa, e foram feitos outros contatos com o Departamento de Administração Escolar – setor transporte escolar da SMED, desde a construção do projeto de pesquisa até sua finalização. Os dados e as informações obtidas junto às Escolas Rurais e à SMED foram sistematizados em quadros que possibilitam a visualização e a identificação das categorias centrais manifestadas.

A análise fundamentou-se na perspectiva materialista histórico-dialética que busca expressar a totalidade a partir dos elementos determinantes da realidade estudada. A categoria totalidade relaciona-se com a categoria de particularidade, como parte de um mesmo movimento contraditório, possibilitando apreender a relação do todo. Portanto, o referido objeto constitui-se como parte do todo histórico, que determina e é determinado pelas relações sociais de produção. Como afirma Frigotto (1994, p. 77), a escolha do método representa uma postura de apreensão da realidade, ou seja, “[...] o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto [...]”. O autor acrescentando ainda que:

[...] a dialética materialista histórica enquanto postura, ou concepção de mundo; enquanto um método que permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade e, enquanto práxis, isto é, unidade de teoria e prática na busca da transformação e de novas síntese no plano do conhecimento e no plano da realidade histórica. (FRIGOTTO, 1994, p. 73).

Em outras palavras, o método possibilita relacionar teoria e prática, ou como nos mostra Lênin 1955 apud MINAYO, 1994, p. 22, “[...] o método não é a forma exterior, é a própria alma dos conteúdos porque ele faz a relação entre o pensamento e a existência e vice-versa [...]”. A escolha do método materialista histórico-dialético parte da necessidade de analisar o objeto em suas múltiplas determinações, partindo da materialidade, considerando os determinantes da realidade dos sujeitos, bem como as relações sociais e a dinâmica da sociedade onde vivem. Portanto,

O marxismo interpreta a realidade como uma totalidade onde tanto os fatores visíveis como as representações sociais integram e configuram um modo de vida condicionado pelo modo de produção específico. Nessa abordagem sublinha-se a base material como determinante da produção da consciência, mas assume-se a importância das representações sociais como condicionantes tanto na reprodução da consciência como na construção da realidade mais ampla (MINAYO, 1994, p. 34).

A partir desse fundamento teórico-metodológico, alguns instrumentais foram necessários para revelar e desvelar o objeto investigado. Documentos oficiais e as legislações referentes à educação rural e do campo foram utilizados como fontes primárias; referências em livros, artigos, dissertações, teses, dicionários, legislações comentadas - entre outras fontes pertinentes à pesquisa – foram as fontes secundárias. A construção do referencial teórico permitiu “... fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise dos dados obtidos [...] pois imprime sobre eles a teoria, a compreensão crítica do significado neles existentes [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 44). Ressalta-se, que essa etapa de fundamentação teórica perpassou todas as etapas da pesquisa.

A pesquisa de abordagem qualitativa, possibilitou um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos[...]”. Isto implica, também, considerar que o objeto “[...] é complexo, contraditório, inacabado, e em permanente transformação [...]” (MINAYO, 1994, p. 21-22). A abordagem utiliza-se da lógica indutiva e dedutiva, uma vez que, de acordo com Severino (2007, p. 104-105), a indução permite “... um processo de generalização pelo qual o cientista passa do particular para o universal”, e a dedução se refere à “... passagem do universal para o particular e para o singular ...”, que, por meio desse movimento de análise, contribui para a compreensão da totalidade do objeto nas suas múltiplas determinações.

Para a realização da interpretação das informações presentes no material bibliográfico e nas observações de campo optou-se pela análise de conteúdo, que, segundo Bardin (s.d. apud GIL, 2002, p. 89), envolve três fases:

A primeira é a pré-análise, onde procede à escolha dos documentos, à formulação de hipóteses e à preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que envolve a escolha das unidades, a enumeração e a classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados.

No desenvolvimento dessas fases aprofundou-se e explicitou-se criticamente as categorias identificadas na pesquisa e, principalmente, as aproximações com objeto manifestaram-se da forma mais real possível da realidade.

## **1 A CARACTERIZAÇÃO DAS COMUNIDADES E DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**

### **1.1 ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO PEDRO – LINHA CERRO DA LOLA/DISTRITO DE DEZ DE MAIO**

A Escola São Pedro está localizada a Linha Cerro da Lola, pertencente ao Distrito de Dez de Maio, constituindo no distrito mais antigo do município. Foi criada pela Lei Municipal nº 17, em 06 de julho de 1953, composto de sede, povoados e linhas como: Linha União, Km 41, Linha 14 de Dezembro, São Salvador, Linha Cerro da Lola e Linha General Osório. A população de origem alemã e italiana foi majoritária.

A comunidade de Cerro da Lola possui, aproximadamente, 350 habitantes, segundo registros da Associação de Moradores e Amigos de Cerro da Lola, no ano de 2014. A localidade recebeu esse nome pelo fato, conhecido popularmente, de que “[...] a filha de um homem, que trabalhava para a Colonizadora Maripá, se chamava Lola, que foi devorada por uma onça enquanto levava o almoço para ele, como o fato aconteceu em um local de declive, colocou-se o nome de Cerro da Lola [...]” (PAULA, 2014, p. 52). As primeiras famílias começaram a se instalar no local em meados da década de 1950; descendentes de alemães e italianos vindos da região sul do país, mais especificamente Rio Grande do Sul, em busca de melhores condições de vida e de terras férteis. Atualmente, a comunidade comporta importantes instituições como a igreja denominada de Capela São Pedro, devido à doação da imagem de São Pedro por um caminhoneiro chamado Pedro Ramos; já a doação do terreno coube ao Senhor Arcângelo Vanzella. A religião predominante é a católica.

A comunidade também conta com o Clube Recreativo Comunitário, que possui um bar, uma pista de bocha e uma área livre para festas, reuniões e outros eventos, buscando integrar os moradores da comunidade em atividades de cultura e lazer. Neste local é realizado mensalmente o “Encontro do Clube de Damas 14 de dezembro”, composto por um grupo de mulheres agricultoras que se reúnem para a realização de atividades diversas, tais como: confraternizações; jogos de bingo e de bolãozinho; participação e/ou organização de festas comunitárias e outros eventos/atividades (PAULA, 2014, p. 53). Há, também, a Unidade Básica de Saúde (UBS) e a Academia da Terceira Idade ao ar livre. No ano de 2014 a Unidade Básica de Saúde Albano Wammes oferecia à comunidade dois dias de atendimento, nas segundas-feiras no período da manhã e nas quintas-feiras à tarde; a equipe da saúde era composta por um médico, um enfermeiro e um técnico de enfermagem; atualmente a situação ficou mais alarmante, pois a UBS não está em funcionamento. Outra instituição de peso para a comunidade é a Escola Rural Municipal São Pedro cujo ensino foi oferecido na Capela São Pedro até 27 de novembro de 1977, data da inauguração das atuais instalações.

Figura 00 – Escola Rural Municipal São Pedro – Linha Cerro da Lola (2017)



**Fonte:** Registro realizado pela autora, em 27/11/2017.

Até o ano de 2013, a escola contava “[...] com treze funcionários, sendo esses professores, estagiária, merendeira e serviços gerais. A escola atende crianças da Educação Infantil ao 5º ano no período matutino e vespertino, conta com aproximadamente 60 alunos.” (ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO PEDRO, 2015, p. 4). E a estrutura da escola “[...] conta com uma quadra de esportes, seis salas de aula, uma biblioteca, uma cozinha, banheiros, uma sala de professores, uma sala de almoçarifado e uma área de parque para as crianças.” (PAULA, 2014, p. 53). No entanto, no mesmo ano, depois de um levantamento realizado pela equipe da SMED, que apontou diversos problemas das escolas do município, a Escola São Pedro passou por reformas e foi reinaugurada em 09 de dezembro de 2015. Aliás, o que chama a atenção é a faixa da escola, antes e após a reforma. Pois antes havia “Rural” em sua nomenclatura, porém, depois da reinauguração alterou-se o nome da escola para Escola Municipal São Pedro. A questão é que tanto os documentos quanto os profissionais que trabalham na escola a identificam como Escola Rural.

Com as novas instalações, a estrutura escola é composta por: quatro salas de aulas; três salas administrativas; um laboratório de informática; uma quadra de esportes; um refeitório e cozinha; seis banheiros; uma biblioteca; uma sala da psicossocial; uma sala de almoçarifado; uma lavanderia; e um parquinho a céu aberto. A escola oferta Educação Infantil e Ensino Fundamental; funciona de segunda a sexta-feira, com o ensino regular nos períodos da manhã e da tarde, e com período integral ofertado nas segundas, quartas e sextas-feiras, das 7:30 às 17:30 horas. Essa modalidade de Educação em Tempo Integral faz parte do Programa Federal Mais Educação, incorporado pelo município, por meio da Lei Municipal nº 2.189, de 13 de março de 2015, que estabelece a Política da Educação em Tempo Integral, visando à efetivação, implantação e ampliação gradativa da modalidade, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014.

Em 2017, foram atendidos 57 alunos/as matriculados/as no ensino regular, contando com os seguintes profissionais: oito professores que atuam em sala, ministrando aulas regulares e disciplinas complementares, sendo que duas professoras também exercem as funções de Diretora, Coordenadora e Psicopedagoga. Todos os professores são do sexo feminino, com o regime de trabalho estatutário. Além do corpo docente, a escola conta com três estagiários: uma na biblioteca, graduanda em pedagogia pela Fundação Assis Gurgacz (FAG), uma na área administrativa, graduanda em administração pela Universidade Paranaense (UNIPAR), e um no Tempo Integral, graduando em Educação Física pela UNIPAR. Com relação ao perfil das famílias atendidas pela escola, em sua maioria, são agricultores, avicultores e suinocultores, pois as atividades agrícolas predominantes na comunidade são a agricultura, a suinocultura, o aviário e o gado leiteiro. A maioria dos/as alunos/as utilizam meio de transporte público para o deslocamento até a escola. A escola disponibiliza duas Kombis e dois ônibus, e o maior trajeto realizado é de, aproximadamente, 45 minutos, próximo à divisa de Marechal Cândido Rondon.

## **1.2 ESCOLA RURAL MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO – COMUNIDADE DE BOA VISTA**

O conjunto de povoados localizados na Sede de Toledo/PR, conforme a Lei nº 1.941, de 27 de dezembro de 2006, é composto pelas localidades: Boa Vista; Bom Princípio; Linha São Paulo; Ouro Preto; Linha São Salvador; Vila Rural Félix Lerner; Vila Rural Alto Espigão; Vila Rural Salto São Francisco e a Linha Floriano, acrescida por meio da Lei nº 1.967, de 20 de setembro de 2007. A comunidade de Boa Vista constitui-se em uma das principais localidades do município, sendo formada a partir da sua emancipação, em meados da década de 1950. Atualmente, a comunidade abriga instituições como a igreja, o Salão Comunitário, a Quadra Esportiva Comunitária, a Academia da Terceira Idade ao ar livre. Antes de 1961 a escola funcionava nas dependências da igreja católica da comunidade e foi transferida para uma estrutura pequena de madeira. Tempos depois, com a adoção do terreno feito por um pioneiro da localidade, foi construída uma escola maior em alvenaria, onde funciona a escola até hoje, aliás foi também por causa desse pioneiro que era devoto de Santo Antônio que a escola adquiriu seu nome.

Mesmo que a inauguração da atual sede tenha sido em 1977, foi somente em 04 de março de 1980 que a Escola Rural Municipal Santo Antônio foi criada oficialmente, a partir do Decreto Municipal nº 65/1980; sendo autorizada a funcionar para as séries iniciais do ensino fundamental, em 19 de fevereiro de 1982, pela Resolução nº 516/82 da SEED/PR e na modalidade de educação infantil em 16 de março de 2007, por meio da Portaria nº 005/2007 da SMED. A Escola Rural Municipal Santo Antônio, atualmente, encontra-se da seguinte forma:

Figura 00 – Escola Rural Municipal Santo Antônio



Fonte: Registrada pela autora, 2018.

- oferta a modalidade de Educação Infantil (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental (1º a 5º série); a Escola Municipal funciona apenas no período vespertino, devido ao compartilhamento das dependências com o Estado, que funciona no período matutino. Em 2017, o atendimento da escola variou de 45 alunos/as, no começo do ano, para 37 alunos/as, no mês de dezembro, sendo divididos em quatro turmas, com o seguinte quadro de profissionais: uma diretora; cinco professoras; uma estagiária administrativa; uma estagiária que auxilia no atendimento de uma criança com síndrome de Down; uma cozinheira; e uma de serviço geral. A estrutura atual da escola possui: sete salas de aulas; três salas administrativas englobando a direção, secretaria e sala dos professores; um laboratório de informática; uma quadra de esporte coberta; cinco banheiros; uma cozinha; um almoxarifado; uma lavanderia; e uma casinha do gás.

Com relação ao perfil das famílias atendidas, a maioria trabalha em propriedades de minifúndio e realiza atividades variadas, sendo que alguns trabalham na agricultura, avicultura, suinocultura e/ou policultura para o próprio sustento, além de ter muitas outras famílias que são empregados nas granjas, gerando rotatividade de alunos/as na escola. O transporte público utilizado pela maioria dos/as alunos/as é o Micro-ônibus, disponibilizado pela prefeitura municipal, sendo que o maior trajeto realizado é até a Linha Buê-Caé, totalizando um percurso de 7 km, aproximadamente.

### 1.3 ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO DIMAS – DISTRITO DE BOM PRINCÍPIO DO OESTE

Criado recentemente pela Lei Municipal nº 65, de 23/06/2016<sup>3</sup>, o distrito de Bom Princípio do Oeste é formado pela Sede, pela comunidade Vista Alegre e pela Linha Gramado.

<sup>3</sup> O processo para a antiga localidade se tornar o distrito de Bom Princípio do Oeste foi iniciado em 2014, por meio do Projeto de Lei nº 89, de autoria do vereador Rogério Massing (TOLEDO, 2016a, s.p.).

As instituições que compõem o Distrito são a igreja, o salão comunitário, a escola e o parquinho.

Figura 00 – Escola Rural Municipal São Dimas no Distrito de Bom Princípio do Oeste



**Fonte:** Registro realizado pela autora, em 23/11/2017.

A atividade escolar iniciou em meados da década de 1950, quando foi construída a primeira escola onde hoje é o Clube Católico. Aproximadamente cento e trinta crianças estudavam, mas as distancias favoreciam a evasão. Em 1965, foi construída uma estrutura localizada na Linha Sanga Guarani, próximo à Linha Gramado, denominada de Escola Municipal Padre José de Anchieta, que ofertava o ensino de 1º a 5º ano. No entanto, com o passar do tempo, houve um aumento significativo de alunos/as, sendo necessária a construção de uma nova escola, na década de 1970. Essa escola se chamava Escola Municipal Tomé de Souza. Todavia, havia uma escola com o mesmo nome, assim, uma professora muito querida pela comunidade sugeriu o nome do filho dela e, como homenagem, a escola passou a se chamar Escola Municipal São Dimas. Desde então, fundada em 04 de março de 1980, pelo Decreto nº 58/1980 e pela Resolução nº 516 e nº 640, de 1996, que trata da autorização de funcionamento.

A atual Escola Rural Municipal São Dimas funciona apenas no período matutino, pois a estrutura é compartilhada com o Estado que funciona no período vespertino. São ofertados a Educação Infantil (Pré I e Pré II) e o Ensino Fundamental (1º a 5º ano). Em 2017, a escola atendeu o total de 84 alunos/as, distribuídos/as em sete turmas, com 10 a 15 alunos/as por sala de aula. O quadro de profissionais atuantes na escola era composto por doze professores (sendo que dois exercem, também, as funções da coordenação e direção), duas zeladoras de serviços gerais e uma cozinheira. A estrutura da escola conta com sete salas de aulas; quatro salas administrativas; um laboratório de informática; uma quadra de esportes dividida com a comunidade; um refeitório no saguão; cinco banheiros; uma biblioteca; uma sala de apoio/psicopedagogia; uma cozinha; um parquinho ao ar livre; uma lavanderia e um almoxarifado.



No entanto, cabe ressaltar que toda a estrutura da escola está passando por reformas há mais de um ano e meio, uma vez que a primeira empresa que estava responsável pela

[...] reforma da Escola foi contratada em 23 de junho de 2016 e a construtora da época tinha 150 dias para a execução da obra, o valor do contrato foi de R\$387.889,97. Porém, após alegar dificuldades financeiras a mesma abandonou a obra com apenas 40% da execução. Foi preciso cumprir os prazos do contrato, para que ano passado, a Administração pudesse fazer um novo processo licitatório para dar continuidade nas reformas e ampliação da escola (TOLEDO, 2018, s.p.).

O prazo de entrega da segunda empresa contratada é de 120 dias, a partir da assinatura do contrato, que ocorreu em 17/10/2017, ou seja, em fevereiro, a reforma deveria ser entregue, o que não aconteceu, pois apenas 5% da obra foi executada até este momento, como pode ser visto na reportagem exibida pela emissora regional. Além disto, de acordo com o prefeito atual Lucio de Marchi, em uma visita de fiscalização do andamento das obras na Escola São Dimas, juntamente com a equipe técnica da Secretaria da Educação e Habitação, declarou que “[...] enquanto as obras não terminam os alunos continuarão estudando no salão social da Igreja Católica [...]” (TOLEDO, 2018, s.p.). Cabe lembrar que desde a legitimação da localidade em Distrito, em 2016, foram anunciados diversos investimentos, como: a obra de reurbanização, a reforma da Escola, uma possível construção de uma Unidade Básica de Atendimento (UBS) e de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), que totalizariam o valor de R\$ 3,8 milhões, porém, até o momento nada foi concretizado.

A Escola atende alunos/as residentes das propriedades rurais da localidade, da cidade e de comunidades próximas. O deslocamento de alguns deles é realizado por uma Kombi e um ônibus disponibilizados pela prefeitura. O transporte passa o mais próximo das residências, e o maior trajeto realizado é de, aproximadamente, 40 minutos de Kombi e 1 hora de ônibus. A base econômica da localidade é a agricultura e pecuária, sendo que a maioria das famílias atendidas são trabalhadores urbanos (na Sadia) e trabalhadores rurais (na produção de soja e empregados de aviários e chiqueiros de porcos), sendo o principal motivo pelo grande fluxo de transferências da escola.

#### **1.4 ESCOLA RURAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS – COMUNIDADE DE OURO PRETO**

A comunidade de Ouro Preto, uma das localidades rurais pertencentes à Sede de Toledo/PR, foi formado a partir de 1950, com a vinda das famílias da região sul do país, de origem alemã ou italiana. A comunidade possui esse nome em razão do grande número de pés de cafés encontrados e comercializados na época. Atualmente, a comunidade, além de sítios e vilas, conta com instituições como: uma Igreja Católica; uma Igreja Assembleia de Deus; um Clube Esportivo e Cultural; e uma Escola Municipal e Estadual. A Escola Rural Municipal Nossa Senhora das Graças

recebeu este nome pela forte religiosidade da comunidade, sendo que sua primeira estrutura foi construída pelos pais em forma de mutirão, pois a escola mais próxima era de difícil acesso, localizada na comunidade de São Roque da Memória em Tupãssi (ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO DE OURO PRETO, 2011, p. 10). Fundada, oficialmente, em 18 de agosto de 1998, a escola funciona no período vespertino, ofertando a modalidade de Educação Infantil e o Ensino Fundamental, e no período matutino funciona a rede Estadual. Em 2017, a escola atendeu de 43 a 48 alunos/as, distribuídos em cinco turmas, e contou com dez profissionais.

Figura 00 – Escola Rural Municipal Nossa Senhora das Graças – Ouro Preto



Fonte: Fonseca, 2016a.

A partir de sua reinauguração, em 17 de junho de 2016, em que foram investidos, aproximadamente, R\$ 360 mil reais e, segundo declaração da diretora da escola na época, “[...] A reforma é uma conquista bastante aguardada por toda a comunidade que vai proporcionar um ambiente mais agradável e que trará resultados significativos no processo de ensino e aprendizado dos alunos [...]” (TOLEDO, 2016b, s.p.). Assim, a estrutura da escola passou a contar com: sete salas de aula; quatro salas administrativas (direção, sala dos professores, secretaria e sala dos funcionários); um laboratório de informática; uma quadra de esportes coberta; uma biblioteca; uma sala de leitura; um parquinho ao ar livre; uma cozinha; um refeitório; quatro banheiros; um almoxarifado; e uma lavanderia.

Vale destacar que, depois da reforma, a escola passou a ser denominada Escola Municipal Nossa Senhora das Graças, sem utilizar a nomenclatura Rural na faixa. A comunidade de Ouro Preto é formada, em sua maioria, por pequenos proprietários, com atividades bem diversificadas, como a produção do milho, trigo e soja, além de investirem na agricultura, suinocultura, avicultura, piscicultura e na pecuária lei-

teira, com a produção e venda de queijos e derivados do leite para laticínios da região (ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO DE OURO PRETO, 2011, p. 17).

## **2 OS PERFIS FÍSICOS, MATERIAIS, PEDAGÓGICOS E HUMANOS DAS ESCOLAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR**

Considerando que toda e qualquer ação realizada nas Escolas Rurais dependem das condições concretas disponíveis iniciaremos com a exposição dos recursos financeiros e materiais destinadas as essas escolas, visto que o município dispõe de legislações que definem valores de investimentos e aplicação para a política educacional ao qual incidem diretamente na manutenção e desenvolvimento das atividades destas escolas.

No entanto, conforme os recursos estabelecidos na Lei Orgânica do Município de Toledo (LOM), na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2018 verificou-se que o município prevê aplicar para este ano 26,09% de seus recursos, significando assim, o total acima do estabelecido pelo LOM que institui o mínimo de 25%.

Além disso, demonstram que os recursos são advindos de diversos impostos e de outras fontes municipais como também de transferência de recursos estaduais através da Secretaria de Estado da Educação (SEED) e recursos federais por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB); do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Sendo este último, um recurso destinado as escolas públicas de educação básica.

Conforme afirmado pelas escolas quando tratado dos recursos financeiros das Escolas Rurais, as próprias declararam que o recurso recebido advém do PDDE, assim como, de outras fontes que são distribuídas para todas as escolas municipais. No entanto, constatou-se que não há um recurso financeiro ou material específico para as Escolas Rurais, ou ainda um benefício exclusivo aos professores e profissionais por atuarem nestas escolas. Quando tratado do credenciamento a programas estaduais verificou-se que o município somente recebe recursos direcionados ao transporte escolar e não está vinculado a nenhum programa do estado, isto porque a administração destas escolas está sob a responsabilidade do município de Toledo/PR.

Referindo-se ao âmbito municipal todas as escolas estão vinculados as ações e projetos da Secretaria Municipal de Educação (SMED), além de outras parcerias importantes como das universidades privadas (FAG, PUC, UNIPAR, UNOPAR) possibilitando o exercício do estágio acadêmico. Com a PUC também é desenvolvido o projeto Veterinário Mirim que tem por objetivo de provocar o senso crítico das crianças para o cuidado com o meio ambiente e para com os animais.

Em parceria com o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB) as escolas desenvolvem atividades do Cooperjovem constituindo em um programa do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) voltado para professores, técnicos de cooperativas e alunos.

Outro programa realizado entre a parceria da SMED com o SICOOB é do Concurso Cultural, ao qual busca incentivar alunos a desenvolver desenhos e redações sobre determinadas temáticas selecionadas a cada ano, bem como, fortalecer e disseminar a cultura cooperativista e promover o debate em sala de aula. Assim, a partir da produção artística dos/as alunos/as os trabalhos são avaliados por uma comissão e os três melhores são premiadas.

Foi constatado também que as Escolas Rurais desenvolvem projetos em parceria com a Guarda Municipal sobre a conscientização do trânsito pelo Programa Educatrânsito direcionado as crianças do quarto ano do ensino fundamental. As escolas desenvolvem também atividades do Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) destinadas aos alunos/as do quinto ano do ensino fundamental com objetivo de transmitir informações e orientações sobre educação e atitudes preventivas de enfrentamento ao uso de drogas lícitas ou ilícitas.

Ao tratar de atividades conjuntas entre as escolas e organizações locais foram citadas: a Associação de Moradores; o Clube de Mães e a Pastoral da Criança por meio da Igreja, sendo que uma das escolas cede espaço para a igreja desenvolver as atividades de catequese uma vez por semana.

Em relação à vinculação das Escolas Rurais com os movimentos sociais do campo verificou-se que não há próximo dessas localidades rurais população assentada, acampada, ribeirinha, quilombola e indígenas e, conseqüentemente as crianças oriundas desses grupos sociais não estão presentes nessas Escolas.

Considerando o perfil da população das localidades onde situam as Escolas Rurais se faz necessário levantar as demandas presentes neste contexto, uma vez que, expressam os anseios e reivindicação da comunidade escolar buscando a melhoria da qualidade educacional perpassando pelo processo de ensino-aprendizagem dos educandos/as, bem como, para garantir as condições adequadas de trabalhos dos profissionais que atuam nas escolas.

Desse modo, foi observado que as demandas das Escolas Rurais estão relacionadas com a estrutura física das escolas, as quais duas encontram-se em condições precárias diante de reformas que não terminam, o que demandam um realocamento de salas e equipamentos ocasionando incomodo aos alunos/as e aos professores que não conseguem realizar seus trabalhos de maneira satisfatória.

Além disso, há também a necessidade de contratação de profissionais, aquisição de materiais e jogos pedagógicos e entre outros recursos para pequenos reparos e manutenção. As demandas pontuais citadas foram a instalação de um ar-condi-

cionado em uma das escolas e a manutenção o telhado e uma psicopedagoga em outra escola.

Na perspectiva da gestão, o maior desafio com relação às Escolas Rurais diz respeito ao número reduzido de alunos/as que essas escolas atendem gerando por vezes a necessidade de formar turmas multisseriadas, no entanto, como esse não é o objetivo da SMED e nem das Escolas Rurais, há que fazer esforços constantemente para que isso não se torne rotineiro, mas sim uma medida pontual para algumas situações emergenciais tendo em vista as dificuldades do ensino e aprendizagem que surgem nestas turmas.

O número reduzido de alunos/as nas Escolas Rurais acaba resultando em outros pontos de discussão e disputa entre a comunidade escolar e gestão, que ora sim ora não está em pauta, como a questão do funcionamento e manutenção destas escolas, sendo que por vezes o financiamento e custos dessas escolas são questionadas levando a pensar que seria mais vantajoso investir no deslocamento destes alunos/as para uma escola na área urbana do que na sua manutenção. O maior problema desta conclusão é a possibilidade de fechamento destas escolas, entretanto, conforme a SMED por mais que exista esta e outras demandas a serem supridas não há intenção neste momento ou perspectiva próxima de fechamento das Escolas Rurais.

Outra demanda pontuada pelas escolas é a oferta da Educação em Tempo Integral por meio da vinculação com o Programa Mais Educação, o que diferencia um pouco da necessidade das escolas em área urbana que geralmente a população procura esta modalidade de ensino para seus filhos/as porque precisam estar nos locais de trabalho. Na área rural, os motivos são distintos, pois mesmo que os pais e responsáveis necessitem do trabalho das crianças no contra turno, declaram em geral, que determinadas atividades oferecidas pela escola, significa uma oportunidade que não tiveram, assim ressalta que a Educação em Tempo Integral para

[...] os/as alunos/as e as famílias é um diferencial, pois os/as filhos/as têm a oportunidade de fazer oficinas de violão, horta, jardinagem, entre outras opções, que a escola oferece e que os pais não poderiam leva-los até a cidade para fazer [além disso], destacou que o programa ampliou as oportunidades e a garantia de melhor ensino aprendizagem dos/as alunos/as e envolvimento da comunidade” (TOLEDO, ATA 06/2016c, CME LINHA 164).

Acrescentando ainda que,

[...] o Ensino Integral [é ofertado] por opção das famílias e o que a comunidade tem dito é o quanto a vivência dos alunos na escola têm contribuído, porque o trabalho que vem sendo feito é para estimular as crianças a permanecerem no campo, além disso, o aluno que está no tempo integral tem mostrado maior rendimento escolar (TOLEDO, ATA Nº03/2016d CME LINHA 157).

Essas declarações foram realizadas em reuniões do Conselho Municipal de Educação (CME) de Toledo/PR, onde as Escolas Rurais manifestaram a importância dessa modalidade de ensino nas comunidades rurais e a satisfação das famílias em poderem proporcionar aos seus filhos/as maior tempo e conhecimento nas escolas. Por isso, a seguir será apresentada as disciplinas e conteúdos ofertados pelas Escolas Rurais com o objetivo de verificar se estes conteúdos estão articulados com a vivência diária dos alunos/as possibilitando assim, uma conscientização, valorização e permanência no campo.

Ao tratar sobre os conteúdos é preciso primeiramente referir-se ao currículo, sendo este um aparato norteador do planejamento e desenvolvimento das atividades escolares. No caso da rede municipal de ensino de Toledo/PR os conteúdos curriculares estão em consonância com o Currículo Básico da AMOP ao qual propõe uma unificação de concepção de educação a ser incorporada pelas escolas da região oeste do Paraná.

Para as Escolas Rurais, o Currículo constitui-se como um documento que “[...] pressupõe traduzir princípios ideológicos, políticos, econômicos e pedagógicos em normas de ação, prescrições educativas na forma de um instrumento que oriente a prática pedagógica cotidiana, [pois] as atividades escolares estão à serviço de um projeto educativo” (PPP, 2015, p.46), ou seja, o Currículo expressa muito mais do que um mero instrumento direcionador para as escolas realizarem seus trabalhos.

Este Currículo também, segundo as Escolas Rurais precisa ser “[...] flexível e adaptável a cada realidade escolar, coletiva ou individual” (PPP, 2013, p.28), buscando garantir a igualdade de condições e homogeneidade, ao mesmo tempo que precisa considerar as individualidades e respeitar as diversidades por meio das experiências pedagógicas e da relação professor-aluno/a e escola-comunidade.

No entanto, na contramão da afirmativa citada acima, assim como já pode ser observado nos aspectos de análise apresentados até então as Escolas Rurais acabam não se diferenciando das escolas localizadas em áreas urbanas, o que acaba refletindo nos conteúdos visto que as Escolas Rurais não possuem um currículo próprio. Dessa maneira, tratando-se das disciplinas e dos conteúdos constatou-se que as escolas seguem a mesma grade da rede municipal de ensino, ou seja, ofertam as mesmas disciplinas que as demais escolas.

A rede municipal de ensino tem como base os seguintes conteúdos curriculares obrigatórios: Língua Portuguesa, Geografia, Ciências, Artes, Educação Física, Matemática e Ensino Religioso. Além desses conteúdos ministrados, possui também algumas disciplinas complementares como: Informática Educacional, Educação Ambiental, Diversidade entre outros projetos que ficam a critério das escolas e das condições concretas para a oferta e desenvolvimento das mesmas.

Ainda se referindo aos conteúdos, vale destacar sobre o material didático destas escolas que atualmente utilizam os mesmos que das escolas urbanas. No entanto,

recentemente por um período determinado receberam o material específico para as escolas localizadas no meio rural distribuída pelo MEC, porém as Escolas Rurais solicitaram à SMED e ao CME a troca deste material alegando que os materiais e livros didáticos eram pobres de conteúdo e que não condiziam com a realidade das escolas, uma vez que, “[...] é o governo quem organiza e distribui o material didático da cidade e do meio rural, mas são orientados pelas regiões norte e nordeste com condições socioculturais bem diferentes das outras regiões brasileiras e neste sentido, ficamos prejudicados” (TOLEDO, ATA Nº05/2014a, CME LINHA 139-177).

A troca dos livros didáticos foi realizada tendo em vista o perfil da população atendida pelas escolas, onde encontra-se famílias de pequenos agricultores ou de assalariados rurais e urbanos. E como as Escolas Rurais é orientada pelas mesmas normativas das escolas urbanas, não há razão desse aspecto ser diferente. Outro fator que não se diferencia é o modo como o desempenho das Escolas Rurais é avaliado, pois “[...]no que tange a avaliação, sabe-se que esta acontece de forma geral, não há diferenciação entre escola rural ou urbana” (ATA Nº03/2014b, CME LINHA 151).

Com relação ao calendário escolar das Escolas Rurais verificou-se que não há distinção em comparação ao das escolas urbanas, como informado pela SMED todas as escolas da rede municipal possuem o mesmo calendário, a mesma organização administrativa e recebem os mesmos materiais pedagógicos. Podendo as Escolas Rurais ser diferenciada pelo preparo da merenda na própria escola ou pela existência das salas multisseriadas.

Com relação à formação dos professores e dos demais profissionais que atuam nas Escolas Rurais, verificou-se que nenhum deles possuem formação ou especialização voltado para o campo, mas possuem magistério ou formação em Pedagogia ou alguma especialização na área de atuação, assim como acontece com os outros profissionais que possuem a formação adequada para o exercício de suas funções.

Um fator a ser considerado é que independentemente se professores atuam na área rural ou urbana recebem a mesma formação continuada ofertada pela Secretaria Municipal da Educação (SMED). Vale destacar que a formação continuada constitui em uma das metas contidas no PME 2015-2024 com o objetivo de garantir a formação e valorização dos profissionais da educação básica do município.

A partir da meta estabelecida pelo PME pretende-se assegurar em parceria com o governo federal e o estado a ampliação da oferta de cursos presenciais ou na modalidade à distância (EaD) aos profissionais da educação promovidas em conjunto às instituições de ensino superior. Em 2017 foram realizadas aproximadamente 591 horas de capacitação direcionada aos profissionais da educação infantil e ensino fundamental (SMED, 2017, p.5).

Isto porque não há critério ou procedimento específico para distribuição dos professores para atuarem nas escolas rurais. Esse processo é realizado através de um sistema online em que os próprios professores escolhem onde queiram atuar. Depois

disso, o sistema enquadra esses profissionais nos determinados locais de trabalho. Segundo a SMED, a única coisa que fazem interferir nesta alocação é nos casos dos professores que residem na área rural dando prioridade para estes atuarem na própria comunidade.

Com relação à concepção de educação verificou-se que não difere das demais escolas da rede municipal de ensino, estando orientadas pelas mesmas legislações e ações municipais, ou seja, sem distinção de tratamento das Escolas Rurais e as urbanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do apresentado neste artigo constatou-se que há um movimento de descaracterização das Escolas Rurais, como parte do espaço rural do município de Toledo/PR, pois estão sob as mesmas condições materiais, físicas, financeiras e humanas que as demais escolas da rede municipal de ensino. Em outras palavras, as escolas municipais estão direcionadas a uma perspectiva urbanizada e engessada em um modelo educacional político-ideológico da sociedade capitalista, que cada vez mais propaga a valorização dos interesses burgueses, distanciando a população rural de um processo formativo condizente com sua identidade e realidade.

Por isso, é necessário ressaltar a importância de investigar e registrar as condições concretas das escolas rurais, uma vez que, estas estão sendo inseridas na lógica educacional urbanizada desconsiderando a realidade da população.

Portanto, deve-se atentar ainda para os interesses políticos e econômicos que estão por detrás destas imposições explícitas ou não de mascarar a contradição existente. Visto que a educação se torna um importante instrumento de controle, sendo que, por meio dela, busca-se inculcar, nas diferentes modalidades e níveis de ensino, que é preciso se adequar às novas demandas do mercado, ou seja, que o meio rural precisa cada vez mais estar atualizado e conectado com as novidades tecnológicas e inovadoras. Todo esse processo de invasão da lógica desenfreada do capital no espaço rural descaracteriza, desmobiliza e fragiliza as particularidades da população rural, assim como altera o modo como a população vive, trabalha, socializa, organiza suas mobilizações e pauta suas bandeiras.

## REFERÊNCIAS

AMOP. Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Departamento de Educação. *Curriculo básico para a escola pública municipal: educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais*. 3. ed. Cascavel: AMOP, 2015.

ESCOLA ESTADUAL DO CAMPO DE OURO PRETO. *Projeto Político Pedagógico*. Toledo, 2011.



ESCOLA RURAL MUNICIPAL SÃO PEDRO. *Projeto Político Pedagógico*. Toledo, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994. (Biblioteca da Educação, Série 1, Escola; v. 11).

FONSECA, Rafael. *Escola Municipal Nossa Senhora das Graças*. Google Maps. [Online], 2016a. Disponível em: <https://goo.gl/maps/WWgq61y1bmS2>. Publicado em: 2016. Acesso em: 02 mar. 2018.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1994. (Saúde em debate 46).

PAULA, Ana Carolina de. *A concepção de educação das Escolas Rurais do município de Toledo/PR*. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

PAULA, Ana Carolina de. *As mulheres agricultoras da Linha Cerro da Lola do município de Toledo-PR: o processo de educação permanente no campo*. 2014. 98f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. Revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TOLEDO. Prefeitura Municipal. *Prefeitura cria o distrito de Bom Princípio do Oeste e anuncia investimentos na comunidade*. Toledo, 2016a. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/noticia/prefeitura-cria-o-distrito-de-bom-principio-do-oeste-e-anuncia-investimentos-na-comunidade>. Acesso em: 27 fev.2018.

TOLEDO. Prefeitura Municipal. *Escola Municipal de Ouro Preto será reinaugurada em junho*. Toledo, 2016b. <http://www.toledo.pr.gov.br/noticia/escola-municipal-de-ouro-preto-sera-reinaugurada-em-junho>. Acesso em: 22 dez. 2017.

TOLEDO. Prefeitura Municipal. Conselho Municipal de Educação. *ATA nº 6/2016*. Toledo, 2016.

TOLEDO. Prefeitura Municipal. *Nota de esclarecimento sobre o comentário em programa de tv*. Toledo, 2018a. Disponível em: <https://www.facebook.com/notes/prefeitura-de-toledo/nota-de-esclarecimento-sobre-coment%C3%A1rio-em-programa-de-tv/1749235008460011/>. Acesso em: 12 jan. 2018.

TOLEDO. Prefeitura Municipal. *Prefeito fiscaliza andamento das obras da Escola São Dimas*. Toledo, 2018b. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/noticia/prefeito-fiscaliza-o-andamento-das-obras-da-escola-sao-dimas>. Acesso em: 01 mar. 2018.

---

Recebido em: 18/12/2018.

Aprovado em: 13/06/2019.

